

Laurinda Rosa Maciel¹

Ana Teresa Venancio²

Bruno Dallacort Zilli³

Silvia Monnerat⁴

Resumo

Resultado do projeto Pavilhão Nossa Senhora dos Remédios: História e Preservação Patrimonial, (Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz), este trabalho tem como objeto central a herança cultural das famílias moradoras locais que se relacionam direta ou indiretamente com a área da saúde, através do trabalho e da convivência com pacientes da Colônia Juliano Moreira (CJM). Construído em 1943, para abrigar pacientes tuberculosas internadas na CJM, na década de 1970, diante de seu paulatino desuso e decadência, foi sendo habitado por antigos trabalhadores da CJM, seus familiares e ocupantes sem vínculo com a instituição. Dadas as condições do prédio, com risco para seus moradores, em 2003 inicia-se o processo de desocupação do imóvel, localizado em terras já então cedidas pelo Ministério da Saúde à FioCruz. A partir da consulta a fontes documentais e da realização de 10 entrevistas com representantes de famílias que habitavam o pavilhão, analisamos os processos de ocupação e remoção por indenização deste pavilhão assistencial. A partir de uma análise da história oral, visa compreender as relações desses moradores com esse espaço hospitalar específico para doentes mentais, que também foi constitutivo da vida dos sujeitos entrevistados pela via da moradia e de sua sociabilidade.

palavras-chave: história oral, Colônia Juliano Moreira, Pavilhão Nossa Senhora dos Remédios

Abstract

This article focus on the cultural heritage of families residing in the Pavilion Our Lady of Remedios, which is inside the in-patient system of semi-deactivated psychiatric hospitals and asylums known as Colônia Juliano Moreira (CJM), located in a rural area of Rio de Janeiro, Brazil. Built in 1943 to house Tuberculosis female patients, the building went through a process of gradual decay and disuse in the 70's, becoming inhabited by former employees of the CJM. In 2003, given the conditions of the building, with its risk to residents, Fiocruz began a process of vacation of the property that has been successfully completed. This article analyzes these processes of occupation and financial compensation for removal, using the oral history analysis theory to understand the relationship of those people with CJM, both as a hospital area and as a significant part of their lives through their housing and their sociability.

key-words: oral history, Colônia Juliano Moreira, Pavilion Our Lady of Remedios

¹ Coordenadora do Projeto, chefe do DAD/COC-Fiocruz.

² Pesquisadora Depes/COC-Fiocruz.

³ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, PPCIS/UERJ.

⁴ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, PPGAS/MN/UFRJ.

Introdução

Este trabalho analisa os resultados de pesquisa realizada pela Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz sobre o processo de ocupação e desocupação do Pavilhão Nossa Senhora dos Remédios (PNSR) da Colônia Juliano Moreira (CJM) no Rio de Janeiro. Este Pavilhão, originalmente construído para tratamento de mulheres doentes mentais tuberculosas internadas na Colônia, foi desativado na década de 70 e a partir deste período foi ocupado por moradores. No início dos anos 2000 foi totalmente desocupado devido a riscos de desabamento, e os moradores foram indenizados. O fato mais marcante é que todos preferiram adquirir propriedades nos arredores da Colônia, onde moravam, o que demonstra um forte sentimento de pertencimento.

A CJM foi um macro hospital público federal para doentes mentais crônicos, localizado em Jacarepaguá, zona oeste do Rio de Janeiro. Fundada oficialmente em 1924, seguia os padrões europeus de colônias-agrícolas, que eram considerados na época uma forma de vanguarda de tratamento psiquiátrico. Este padrão era baseado no modelo assistencial do Hospital-Colônia, com o intuito de isolar os doentes mentais dos centros urbanos em espaços nos quais o trabalho agrícola era o principal instrumento terapêutico. A praxisterapia era entendida como uma alternativa ao confinamento em hospitais fechados. Outro pilar que fundamentou a construção da CJM era a assistência hetero-familiar, que provia moradia para a família dos funcionários e incentivava que eles acolhessem pacientes em seu seio, situação considerada importante para a integração social dos internos como meio de transição entre o hospital e a vida comum.

Em 1944 o grande número de casos de tuberculose entre os pacientes da Colônia fez com que o governo federal criasse unidades hospitalares voltadas para o tratamento dessa afecção. Nesse movimento que é criado o pavilhão de fisiologia Nossa Senhora dos Remédios, centro voltado ao atendimento de pacientes do sexo feminino. Entre 1973 e 1988 a CJM passou por um processo de progressivo abandono, em que o número de pacientes e profissionais foi gradualmente reduzido e as instalações começaram a se tornar precárias, levando à paulatina desativação de muitos de seus núcleos hospitalares. Em 1979 a influência do movimento antimanicomial resultou em intervenções profundas na área hospitalar da Colônia: nesse período houve a suspensão dos tratamentos com eletrochoques, a abertura dos “quartos-fortes” (celas individuais onde alguns pacientes eram mantidos presos) e o fechamento do hospital para novas internações.

Nesse contexto o PNSR foi desativado e, no final da década de 70, a direção da Colônia autorizou verbalmente sua ocupação por antigos funcionários e suas famílias. A exemplo desse prédio, outros edifícios desativados também foram habitados sem regularização juridicamente reconhecida. Se originalmente os funcionários da Colônia eram os únicos a residirem nas moradias funcionais construídas nos terrenos da instituição, com o passar do tempo houve um aumento populacional do tipo geracional, ou seja, pelo incremento e expansão naturais dessas famílias, que resultou na construção de outras residências agregadas às originais. A área ao redor da Colônia também passou por um processo de adensamento populacional.

A CJM foi municipalizada em 1996 em consequência à constituição do Sistema Único de Saúde de 1988. Sua área foi desmembrada em cinco setores, com a intenção de dividir a área urbana intensamente ocupada da área hospitalar, que passou a ser gerida pela Secretaria Municipal de Saúde. A Colônia constituiu-se então no Instituto Municipal de Assistência à Saúde Juliano Moreira. A área com forte expressão populacional foi transferida para a Secretaria Municipal de Habitação. Assim, a maior parte do terreno, que inclui vastas áreas caracterizadas como de preservação ambiental, teve sua responsabilidade transferida para a Fiocruz, sendo denominada *Campus Fiocruz da Mata Atlântica*; que ocupa uma área equivalente a aproximadamente 65% da área da antiga Colônia.

Assim, em 2001, quando a Fiocruz assumiu o Campus Fiocruz da Mata Atlântica, a edificação do PNSR se encontrava com sérios problemas estruturais. O prédio fora condenado em quatro laudos diferentes pela Defesa Civil, cujas avaliações revelaram que as famílias nele residente estavam sob risco. Além dos perigos de desabamento, suas condições habitacionais tinham estado precário – sem esgoto ou fornecimento de água adequados. Em agosto de 2005 a Fiocruz solicitou a liberação de recursos orçamentários junto ao Ministério da Saúde, em valores fixados⁵ em R\$20.000,00 por família (gerando um total de R\$540.000,00). Em 2006 os laudos de risco do imóvel demonstravam a necessidade de ações imediatas, resultando em intervenção direta por parte da Fiocruz. Como a desocupação do Pavilhão tinha que se dar o mais rapidamente possível, realizou-se um processo indenizatório pactuado com os moradores. Efetivado em março/2006 pela Fiocruz e a ONG Viva Rio, o Plano de Ação Emergencial foi bem sucedido em retirar as famílias ocupantes do Pavilhão por

⁵ Pela Regularização Fundiária da Secretaria Municipal de Habitação.

meio de indenização, permitindo que todos os ocupantes adquirissem propriedades regularizadas em seus nomes.

Na época de sua desocupação o universo de moradores do PNSR era de 115 pessoas e 27 famílias, que podem ser agrupadas em 12 grupos familiares distintos. Por isso, um indivíduo que tivesse recebido indenização em seu nome foi entrevistado como representante de cada um desses grupos familiares, privilegiando-se as relações sociais estabelecidas em algum ou em todos os três momentos da história do prédio: 1º) quando servia de espaço físico para tratamento de pacientes de tisiologia da CJM; 2º) o período em que foi ocupado e serviu de moradia (tendo como residentes ex-funcionários da CJM, seus familiares e também pessoas sem vínculo institucional com a Colônia); e 3º) durante o processo de desocupação do PNSR. Para alcançar estes objetivos foram planejadas 12 entrevistas, das quais 10 foram realizadas. As entrevistas foram feitas a partir de um roteiro “base”, acrescentando-se perguntas específicas para cada um dos entrevistados de acordo com as informações que se tinham sobre ele ou seu grupo familiar graças ao relatório produzido como resultado do processo de desocupação.

Assim, a unidade privilegiada de investigação é o núcleo familiar e não o indivíduo, ainda que a maioria das entrevistas tenha sido realizada com apenas um representante do grupo familiar estudado. Em seis casos a entrevista se deu com apenas um morador e nos outros quatro mais de um representante do grupo estava presente no momento da entrevista. Entretanto, destas, em apenas duas entrevistas a presença de mais de um indivíduo foi significativa em termos da coleta de informações. O número de pessoas presentes na realização da entrevista foi deixado à vontade do entrevistado, embora apenas um dos elementos familiares – o que recebeu a indenização em seu nome - tenha sido especificamente procurado para a entrevista.

A maioria das indenizações saíram em nome de mulheres (dezessete das vinte e sete famílias), o que refletiu no maior número de entrevistadas. Das doze entrevistas originalmente previstas, oito eram com mulheres e quatro com homens. Como, no entanto, duas entrevistas não tiveram tempo hábil para serem realizadas, dois homens não foram entrevistados. Assim a quantificação final é de dois entrevistados e oito entrevistadas. Na época em que foram realizadas as entrevistas, entre setembro de 2007 e fevereiro de 2008, três entrevistadas tinham mais de 70 anos, uma tinha 65, uma 54, duas tinham pouco mais de 40 anos e uma entrevistada não declarou a idade. Dos homens, um tinha 56 e o outro 40.

Dentre os grupos familiares, ressalta-se o grande número de famílias imigrantes. Três entrevistados são naturais de outros estados do país (Maranhão, Paraíba e Bahia), os pais de outros dois entrevistados são oriundos de outras cidades do estado de Rio de Janeiro (em um caso o pai e a mãe são de Miguel Pereira e em outro a mãe nasceu em Valença e o pai em Três Rios), em outros dois casos apenas um dos pais tem como origem outro Estado (em um o pai é da Paraíba e a mãe é da cidade do Rio de Janeiro, enquanto no outro os dois são imigrantes, mas a mãe é de fora do estado – Pernambuco – e o pai é proveniente do estado do Rio, da cidade de Campos). Assim sendo, a família de apenas três dos dez entrevistados tem como cidade natal do pai e da mãe o Rio de Janeiro. Em um desses casos, porém, a entrevistada destacou uma ascendência alemã mais distante. Cinco dos dez entrevistados nasceram na cidade do Rio de Janeiro e dois vieram com um e sete anos respectivamente. Os outros três entrevistados vieram para a cidade do Rio de Janeiro quando adolescentes (idades variando de quinze a dezessete anos).

Quanto à escolaridade dos entrevistados, destaca-se o baixo grau de instrução: apenas uma concluiu o ensino médio e apenas duas o iniciaram (uma tendo cursado até o 1º ano e outra até o 2º ano). Um dos entrevistados cursou até a 7ª série do ensino fundamental e quatro não concluíram sequer a 5ª série do ensino fundamental (uma fez até a 2ª, uma até a 3ª, um até a 4ª e uma não soube dizer a série em que terminou os estudos, apenas que parou de estudar com oito anos de idade). Uma das entrevistadas não frequentou a escola quando criança, tendo começado seus estudos quando tinha dezessete anos, interrompendo, no entanto, poucos anos depois quando ficou grávida de sua primeira filha. Uma entrevistada não revelou sua escolaridade.

Quanto às profissões, duas são funcionárias aposentadas da CJM (uma como agente de vigilância e outra como praxisterapeuta), e uma ainda trabalha como auxiliar de limpeza num Hospital da Colônia. Isso indica o vínculo empregatício que alguns ex-moradores do PNSR tinham com a CJM. Para além desses três casos outras quatro entrevistadas tinham algum familiar que foi funcionário da Colônia. Em um caso o pai, e em dois casos o marido eram ex-funcionários. A sogra e o sogro de outra entrevistada eram ex-funcionários e, atualmente, o marido é funcionário terceirizado do Campus Fiocruz Mata Atlântica. Fica evidente, assim, o vínculo que pessoas das famílias tinham com a CJM, o que inclusive esteve ligado à autorização que alguns receberam para morar no PNSR. Em sete das dez entrevistas realizadas os moradores tinham vínculo com a Colônia e receberam autorização para lá residir, e apenas três não teriam nenhum

tipo de vínculo e teriam comprado ou ganhado sua residência de algum ex-funcionário ou familiar de ex-funcionário.

Marcos Teóricos

Com a análise das entrevistas, pretendemos observar até que ponto o estudo em história oral pode ser percebido como uma forma de transmissão de uma memória ao mesmo tempo individual e coletiva. Assim, abordamos “um grupo social específico, que apresenta a particularidade de residir no espaço interno de um asilo psiquiátrico público.” (Venancio & Delgado, 1989: 4). Para Pollak (1992) até a mais subjetiva das fontes (a história de vida individual) deve sofrer crítica, através do cruzamento de informações. Assim sendo, seguimos também o proposto de Queiroz (Cf. Kosminsky, 1986), quando indica que para a análise de histórias de vida, estudadas dentro de uma metodologia sociológica, é necessário que se confronte as entrevistas utilizadas, para que seja possível perceber características não apenas individuais e particulares, mas também as que são gerais aos entrevistados e, portanto, se referem a uma memória de um grupo.

Pollak (1989) destaca duas funções essenciais da memória: manter a coesão interna e defender as fronteiras do que um grupo tem em comum. Traz à discussão o conceito de memória enquadrada proposto por Henry Rousso, no qual a memória de um grupo deve ser pensada dentro de limites e nunca sendo constituída arbitrariamente, o trabalho de enquadramento sempre satisfazendo a exigências. A partir da utilização deste conceito, o autor traça uma relação entre memória e identidade. A construção da identidade seria produzida, então, utilizando como referência os outros, utilizando critérios de credibilidade e aceitabilidade, feita através de uma negociação com os outros.

Dados Analíticos

A maioria dos entrevistados (oito) diz que queria sair do PNSR, devido a problemas como falta de infra-estrutura e de água, perigo de desabamento e de alagamento em épocas de chuvas, mas relatam também que sentem falta da convivência com a vizinhança (do “movimento” e das conversas no pátio). Outra coisa que foi constantemente citada pelos moradores mais antigos foi a piora na qualidade de vida dentro PNSR com o incremento do número de moradores. Eles comentam que antes tinham mais espaço e que não conviviam com brigas de vizinhos, que quando ocorriam

lhes trazia grande descontentamento. Uma das entrevistadas afirmou que chegou a sair do PNSR durante um período, indo morar em outro local da CJM, tendo retornado, apenas porque o marido ficou desempregado e não tinham dinheiro para se manter em uma casa alugada. Sobre essas brigas é interessante perceber que pelo menos quatro moradores citam sistematicamente a ocorrência das mesmas e da falta de união dos moradores, dizendo que chegaram a ocorrer, inclusive, embates físicos entre vizinhos (tanto adultos quanto crianças), mas em nenhum dos casos os entrevistados admitiram ter tido problemas com vizinhos. Todos os entrevistados falam das boas relações que estabeleceram dentro do PNSR, colocando a responsabilidade por querelas sempre no “outro”.

Ainda sobre as relações de amizade, no depoimento da senhora (72 anos na entrevista) que se tornou a maior liderança no PNSR (era considerada a “síndica” do prédio e tomou a frente em resoluções de problemas tais como a falta d’água e da negociação com a Fiocruz sobre a remoção), foi relatado que, devido à sua posição de líder, muitos não gostavam dela e que atualmente ela não mantinha contato com mais ninguém do PNSR. É interessante, no entanto, constatar que alguns entrevistados (cinco) relataram que continuaram amigos dela depois da saída do PNSR, enquanto ela diz não ter mais nenhuma amizade com ninguém de lá. Essa contradição pode indicar que, ao contrário do que ela pensa, o papel que tinha como líder foi significativo para as outras pessoas. Até mesmo um dos entrevistados que afirma ter divergências de opinião com ela faz menção a ela como uma “guerreira”. Outros, que declaram serem seus amigos, dizem que são muito gratos e que sem o trabalho dela eles estariam vivendo no PNSR até hoje.

A falta de água foi citada como o maior problema de se morar no PNSR, os moradores mais antigos falaram em seus depoimentos que quando se mudaram para o prédio havia água, a CJM a cedia da mesma forma de quando o local funcionava como centro terapêutico, e ela era farta. No entanto, com o passar dos anos a água parou de abastecer as casas dentro do PNSR e os moradores se depararam com este que se tornou o maior problema para eles. Os motivos do fim do abastecimento variam de depoimento para depoimento: uma entrevistada falou que se deu pelo fato do PNSR ter enchido de mais e não “dar mais vazão”, outros explicavam que outro prédio da CJM era responsável pelo abastecimento de água do PNSR, e que a partir de uma briga os funcionários pararam de mandar água para o Pavilhão, ou ainda porque uma caixa-d’água teria sido instalada neste outro prédio, o que teria impossibilitado a

disponibilidade de água para o PNSR. Assim, os entrevistados não estão de acordo sobre os motivos do corte de água, porém, concordam que a partir deste evento passaram a ter que ir buscar água em um poço em uma localidade próxima (esse poço, segundo uma das entrevistadas, teria sido construído pelo seu pai).

A seguir, os moradores liderados pela “sídica”, se juntaram para comprar, em conjunto, caminhões-pipa para abastecer suas casas. Essa solução resolveu o problema de falta de água para algumas famílias, porém, deve-se ressaltar que nem todos participavam desta mobilização, apenas uma parte significativa dos moradores aderiu e deixou de buscar água fora do PNSR. Essa mobilização, no entanto, era também fonte de conflitos, uma vez que a água trazida era pouca e durava pouco tempo ou então porque algumas pessoas não davam o dinheiro e depois queriam usar a água. Devido aos conflitos decorrentes da compra do caminhão-pipa outra mobilização surgiu. Um ano antes da desocupação cinco famílias se juntaram para comprar uma bomba para puxar água do poço, canos para levá-la até o PNSR e uma cisterna para armazená-la. Os membros dessas famílias destacam que depois dessa solução nunca mais faltou água, a ponto de que disseram dividi-la com outros moradores que não haviam participado dessa mobilização.

Essas organizações para solucionar o problema da água evidenciam como os moradores procuravam mobilizar-se conjuntamente para resolver problemas gerais, e é ilustrativa de uma importante característica da experiência da comunidade interna⁶ da CJM. Isto é, muitos dos moradores do PNSR, que eram ex-funcionários da CJM, são tributários da característica de controle e auto-gestão da vida e do trabalho que caracteriza a Colônia. Isso se dá pela presença marcante dos funcionários na história da região e pela grande autonomia que eles têm. Isso se deve, por um lado, ao modelo de assistência hetero-familiar, já mencionado anteriormente. E, por outro lado, à diminuta e por vezes ausente equipe médica, principalmente diante do imenso tamanho da Colônia. Houve de fato períodos em que essa ausência foi radical, principalmente nas décadas de 1970 e 1980 – período de maior ocupação das instalações da Colônia. Pelo fato de essas ocupações terem ocorrido através de contratos verbais com a administração da Colônia, e associado à característica de auto-gestão, estes moradores não se vêem como

⁶ A categoria “Comunidade Interna” é utilizada nos termos de Venâncio & Delgado (1989): “Comunidade Interna” é a expressão com que se tem designado o conjunto de moradores do espaço interior da Colônia Juliano Moreira (...). Trata-se de um conjunto heterogêneo de habitantes, constituído por funcionários e ex-funcionários da Instituição, seus descendentes, ex-pacientes, e invasores.(...) De fato, não são os moradores da Colônia que se designam assim, mas o discurso técnico e assistencial da Instituição, principalmente a partir de 1981” (p.4)

invasores ou loteadores, pois foram autorizados (mesmo que informalmente) a ocupar estas áreas. Eles entendem que a continuidade de sua presença servia até mesmo como uma forma de preservar o espaço e a memória da CJM.

Assim sendo, procuramos perceber como as estratégias de apropriação e do uso do espaço do PNSR refletiram na identidade do grupo estudado. O fato de residirem no Pavilhão e, mais especificamente na CJM, indica um pertencimento à região que ficou evidenciado pelo fato de que todos os grupos familiares que receberam indenização mantiveram suas moradias na área na CJM ou em seu entorno. O pertencimento a esse grupo não impediu a existência de conflitos, aqui evidenciados nas brigas entre moradores. Mas para além das brigas, destaca-se que oito dos dez entrevistados declararam satisfação em relação ao valor da indenização e ao processo de remoção do PNSR, ainda que dois deles tenham demonstrado insatisfação (referentes ao valor da indenização e a sua nova moradia).

Assim, houve conflitos e discordâncias, sejam eles referentes ao valor a ser recebido e a quantidade de famílias incluídas no processo, ou entre moradores na época da residência sobre os problemas de água e até em termos de satisfação em relação à desocupação. Contudo, foi possível perceber que a relação que cada indivíduo e/ou grupo familiar vai tomar frente a estes conflitos evidencia uma diferente memória quanto à sua identidade no grupo (como por exemplo, a síndica que não considera nenhum outro morador como amigo e o fato de muitos a considerarem como tal) e quanto a identidade do grupo como um todo (em busca de soluções comuns para a resolução dos problemas), evidenciando, assim, uma estrita vinculação entre memória e identidade.

Bibliografia:

KOSMINSKY, Ethel. Pesquisas qualitativas – a utilização da técnica de histórias de vida e de depoimentos pessoais em sociologia. *Ciência e Cultura* 38(1): 30-36, 1986

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Rio de Janeiro: *Estudos Históricos*, vol. 2 n.3: 3-15, 1989

_____. Memória e identidade social. Rio de Janeiro: *Estudos Históricos*, vol. 5 n.10: 200-212, 1992

VENÂNCIO, Ana Teresa; DELGADO, Pedro Gabriel Godinho. Morar no asilo: perspectivas de análise da “Comunidade Interna” da Colônia Juliano Moreira. *Cadernos do NUPSO – Núcleo de Pesquisa em Psiquiatria Social*. Rio de Janeiro: Colônia Juliano Moreira. Jan.-jun./1989. Ano 2, nº 3.